



REBENA

Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem

ISSN 2764-1368

Volume 9, 2024, p. 391 - 402

<https://rebena.emnuvens.com.br/revista/index>

Educação especial e metodologias voltadas para a inclusão de alunos com deficiência intelectual no ensino regular

Special education and methodologies aimed at the inclusion of students with intellectual disabilities in regular education

Jacyguara Costa Pinto¹ Arlêne Barbosa Tavares Ferreira²
Antônia Maria Gomes Travassos³ Albaci Lobato Pinheiro⁴
Elcione Cardoso de Melo Del Castillo⁵ Izete de Souza Alves⁶
Maria Ione Ferreira da Gama⁷ Wilson dos Prazeres Pompeu Filho⁸
Rita Regina Alves Assis⁹

Submetido: 10/09/2024 Aprovado: 15/10/2024 Publicação: 23/10/2024

RESUMO

O artigo aborda o tema educação especial e metodologias voltadas para a inclusão de alunos com deficiência intelectual no ensino regular, teve-se como objetivo geral identificar metodologias de ensino especificamente voltadas para a educação inclusiva e o desenvolvimento cognitivo e sensorial dos alunos com deficiência intelectual. Foi empregado o método de pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa e abordagem descritiva para alcance dos objetivos propostos. Os resultados apresentaram conceitos da educação especial e inclusiva, bem como descreveram o conceito e histórico dos estudos sobre a deficiência intelectual e analisaram as metodologias de ensino de alunos com deficiência intelectual. Concluiu-se que o lúdico enquanto auxílio pedagógico na aprendizagem, deve ser enfrentado de modo sério, competente e responsável. Usado de maneira adequada, oportunizará ao educador e ao educando, momentos de aprendizagens em múltiplos aspectos, onde se tornará muito importante na vida dos alunos.

Palavras chave: Educação Especial. Inclusão. Deficiência intelectual.

ABSTRACT

The article addresses the topic of special education and methodologies aimed at the inclusion of students with intellectual disabilities in regular education. The general objective was to identify teaching methodologies specifically aimed at inclusive education and the cognitive and sensory development of students with intellectual disabilities. The bibliographical research method was used, with a qualitative nature and a descriptive approach, to achieve the proposed objectives. The results presented concepts of special and inclusive education, as well as describing the concept and history of studies on intellectual disability and analyzing teaching methodologies for students with intellectual disabilities. It was concluded that play as a pedagogical aid in learning must be faced in a serious, competent and responsible way. Used appropriately, it will provide the educator and the student with moments of learning in multiple aspects, which will become very important in the lives of students.

Keywords: Special Education. Inclusion. Intellectual disability.

¹ Doutor em Ciências da Educação. jacyguaracosta@gmail.com

² Mestranda em Ciência de la Educacion pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, arlene.tavares@gmail.com

³ Mestranda em Ciência de la Educacion pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, travassos.antonina@yahoo.com.br

⁴ Mestranda em Ciência de la Educacion pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, pinheiro.albacy1@gmail.com

⁵ Mestranda em Ciência de la Educacion pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, elcione.melo@hotmail.com

⁶ Mestranda em Ciência de la Educacion pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, izetealvessousa@gmail.com

⁷ Mestranda em Ciência de la Educacion pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, mariaioneione@gmail.com

⁸ Doutorando em Ciência de la Educacion pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, wilsonpompeu1@hotmail.com

⁹ Mestranda em Ciência de la Educacion pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, rita.assis.ap@hotmail.com

1. Introdução

A educação especial e inclusiva, a partir do reconhecimento e valorização da diversidade como fator de enriquecimento do processo educacional tem provocado mudanças na escola e na formação docente, propondo uma reestruturação da educação que beneficie todos os alunos.

A organização de uma escola para todos prevê o acesso a escolarização e o atendimento às necessidades educacionais especiais. Por isso, a educação inclusiva é um termo que se aplica especificamente às pessoas (ou grupo de pessoas) que estão excluídas da efetivação do direito fundamental a educação, contido no art. V da Constituição Brasileira de 1988.

A igualdade em relação aos direitos não exige como condição de existência a uniformidade dos seres humanos, a igualdade convive e se enriquece com a diferença. No entanto, a desigualdade é socialmente construída e, muitas vezes, aprofundada e mantida, baseada nos mecanismos de diferenciação, no preconceito e na discriminação que levam a uma situação de exclusão social. Em contraposição à atitude preconceituosa, discute-se a constituição da alteridade: o reconhecimento do outro, da condição de ser outro, de ser diferente.

Por isso, nesse artigo que apresenta estudos sobre o tema educação especial e metodologias voltadas para a inclusão de alunos com deficiência intelectual no ensino regular, teve-se como objetivo geral identificar metodologias de ensino especificamente voltadas para a educação inclusiva e o desenvolvimento cognitivo e sensorial dos alunos com deficiência intelectual.

Em relação aos objetivos específicos, buscou-se: conceituar educação especial e inclusiva; descrever o conceito e histórico dos estudos sobre a deficiência intelectual; analisar as metodologias de ensino de alunos com deficiência intelectual.

2. Materiais e métodos

A pesquisa bibliográfica realizada neste estudo foi essencial para identificar metodologias de ensino especificamente voltadas para a educação inclusiva e o desenvolvimento cognitivo e sensorial dos alunos com deficiência intelectual. Utilizando bases de dados acadêmicas reconhecidas e o Google Acadêmico, a busca foi abrangente e atualizada, incluindo artigos científicos, dissertações, teses e livros relevantes à temática proposta.

Os critérios de inclusão focaram em estudos que abordassem diretamente o tema do artigo. A análise dos dados foi conduzida de forma sistemática e qualitativa, permitindo a identificação das principais abordagens pedagógicas.

3. Educação especial e inclusiva: abordagem conceitual

A Educação Inclusiva tem um específico propósito para ter sido consagrada em nosso seio social como estratégia de desenvolvimento educacional, pois garante que sejam reconhecidos os direitos das pessoas com necessidades educacionais especiais se inserirem na escola, em meio ao processo de ensino aprendizagem daqueles alunos ditos “normais”.

Assim, é uma estratégia internacional que no Brasil, tem se tornado um referencial para uma série de reformas educacionais e estruturais da escola. Pois conseguiu viabilizar formação docente, e conseqüentemente capacitação para toda a comunidade da escola participar dos processos inclusivos dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Na inclusão [...] o aluno-problema, com dificuldades de aprendizagem ou de relacionamento, e que, por isso mesmo, é rotulado como mais diferente que os outros, incapacitado, indisciplinado e por isso mesmo, é tratado com desigualdade. A escola, assumindo a realidade do aluno e valorizando as diferenças individuais, pode resolver diminuir a intensidade, ou ainda, evitar que se acentuem as dificuldades enfrentadas por alunos comuns, mas portadores de Necessidades Educacionais Especiais (NEE) (Feltrin, 2007, p. 25).

Por uma série de incapacidades, os alunos excluídos com deficiências (antigamente chamados de “deficientes”) merecem e até precisam das atenções dos professores e, em seguida ou junto com eles, das atenções dos demais educadores que compõem o quadro de funcionários da mesma. Note-se que por funcionários da escola entende-se desde o diretor, os membros de seu setor administrativo, porteiros e seguranças. Todos estão ou deveriam estar envolvidos no trabalho educativo.

De qualquer maneira, segundo Feltrin (2007, p. 27), “[...] todos devem estudar, quer pela oportunidade de se abrir a porta para a vida bela da cultura, das histórias, da comunicação, da aquisição de muitos conhecimentos”, quer pela necessidade de se abrir alguma outra porta que permitirá garantir a sobrevivência, quer ainda, pela necessidade de se obedecer às leis.

No final do século XVII, no Brasil, começa uma iniciativa pública de assistência social a infância, “E assim nasce em 1738, na Bahia, a primeira “casa dos expostos”, no Rio de Janeiro, a criação data de 1738” (Silva, 2000, p. 34).

Na década de 1970, os alunos com necessidades educacionais especiais passaram a frequentar as salas de aula regulares, com os progressos nos estudos de Pedagogia e Psicologia, iniciaram a integração destes alunos em classes comuns, tendo em vista, as possibilidades de novas atitudes educacionais.

Uma nova concepção educacional nasceu, caracterizando a atitude de educação/reabilitação, mais, no entanto continuava a existir marginalização por parte dos sistemas educacionais, pois, não ofereciam qualidade necessária para atender esses alunos. Nos anos 80 e 90, os sistemas educacionais tinham que promover condições adequadas e necessárias a qualidade do atendimento ao alunado.

[...] esse paradigma é o da inclusão social – as escolas (tanto comuns como especial) precisam ser reestruturadas para acolherem todo espectro da diversidade humana representado pelo alunado em potencial, ou seja, pessoas com deficiências físicas, mentais, sensoriais ou múltiplas e com qualquer grau de severidade dessas deficiências, pessoas sem deficiências e pessoas com outras características atípicas, etc. É o sistema educacional adaptando-se às necessidades de seus alunos (escolas inclusivas), mais do que os alunos adaptando-se ao sistema educacional (escolas integradas) (Sasaki,1998, p. 9-17).

Segundo conceitos provenientes do Ministério da Educação/ Secretaria da Educação Especial “[...] é importante evidenciar que a deficiência deve ser considerada como uma diferença que faz parte da diversidade e não pode ser negada, porque ela interfere na forma de ser, agir e sentir das pessoas” (BRASIL, 1994, p. 34).

Para alavancar o tema da inclusão social, em 1994, na Espanha, realizou-se em Salamanca uma Conferência, dando origem a Declaração de Salamanca, a qual, em seu capítulo de estruturação das políticas de educação especial.

A Educação Inclusiva é um termo que se aplica especificamente às pessoas (ou grupo de pessoas) que estão excluídas da efetivação do direito fundamental a educação, contido no art. V da Constituição Brasileira de 1988. Os princípios que norteiam a educação no Brasil são predominantemente baseados na normalização e integração, não dando prioridade às diferenças. Entretanto, a prática pedagógica tem demonstrado que os direitos de todas as pessoas com necessidades educacionais especiais só vão se efetivar se houver mudanças de atitudes em todas as instâncias da sociedade e da escola.

Na Roma antiga foi criada a Lei das XII Tábuas que concedia poderes aos patriarcas a matar os filhos que não fossem fisicamente perfeitos, ou seja, que tivessem defeitos em sua estrutura física. Exemplificando essa realidade, cita-se o caso de Esparta, local em que muitos recém-nascidos, frágeis ou deficientes, deveriam ter sua vida cancelada, sendo lançados do alto de um abismo de mais de 2.500 metros de altura, em um local chamado Alto do Taigeto (Fonseca, 1997).

O pensamento grego antigo influenciou todo o império romano, o que possibilitou a discussão e reflexão sobre novas formas de tratamentos, cuidados e proteção dos deficientes, visando assim desenvolver um sistema assistencial, ou a readaptação destes deficientes para o trabalho que lhes fosse apropriado.

Na idade média, por exemplo, os deficientes físicos eram proibidos de receber a comunhão porque eram incapazes de confessar seus pecados; também havia sanções bíblicas contra o casamento de pessoas deficientes. Neste período da história, compreendido entre a queda do Império Romano em 476 d. C. e a queda de Granada em 1492, quando a Europa foi dominada pelo mundo árabe, não são encontradas referências sobre a inclusão social dessas

peças com deficiências, já que os valores culturais relacionados à história e à religião eram transmitidos principalmente pela fala (Santos, 1986).

Até que a sociedade humana passasse por sua revolução industrial e os valores sociais pudessem ser transformados, no século XVIII, as deficiências de uma forma geral eram vistas e entendidas pela literatura científica e pela sociedade como fatos místicos de cunho ocultista (Mazzota, 1995).

Foi a partir de meados desse século que a concepção e o trato aos deficientes começaram a ter uma mudança de concepção. Em meados do século XVIII, numa altura em que a ciência moderna, saída da revolução científica do século XVI pelas mãos de Copérnico, Galileu e Newton, começava a deixar os cálculos esotéricos dos seus cultores para se transformar no fermento de uma transformação técnica e social sem precedentes na história da humanidade.

Uma fase de transição, pois, que deixava perplexos os espíritos mais atentos e os fazia refletir sobre os fundamentos da sociedade em que viviam e sobre o impacto das vibrações a que eles iam ser sujeitos por via da ordem científica emergente. Hoje, duzentos anos volvidos, somos todos protagonistas e produtos dessa nova ordem, testemunhos vivos das transformações que ela produziu.

O binômio exclusão-inclusão está permanentemente em foco no pensamento de Michel Foucault (1989), o que torna relevante a análise deste jogo de forças que constitui as estratégias de saber-poder na sua obra. Não se pode afirmar que para esse autor não exista exclusão mas pode-se, hipoteticamente, afirmar que o modelo da inclusão parece ter uma dimensão maior na modernidade até porque parece ser a inclusão o sistema mais revestido de positividade.

Noutras palavras, tomar os desdobramentos do saber e do poder na sociedade moderna como dispositivos de exclusão social seria o mesmo que imputar à dinâmica destes desdobramentos uma precária racionalidade. Contudo, parece que isso fica claro para Foucault (1989) a partir do eixo genealógico, quando as considerações acerca do saber são implicadas no jogo do poder, somando à análise das práticas discursivas as não-discursivas, como é o caso das instituições disciplinares, como a prisão. Nesse movimento esse autor soma à arqueologia do saber a genealogia do poder que propõe, grosso modo, a interrogação das formas de utilização dos saberes na sociedade.

O que se problematiza, a partir das análises de Foucault (1989), é a modernidade enquanto dispositivo inclusivo, ou ainda, uma determinada forma de racionalidade "institucional" que potencializou a inclusão como forma de positividade do saber-poder. A inclusão, assim posta, seria a forma de positividade da exclusão. Nessa direção, as categorias exclusão e inclusão foram tomadas como dinâmicas de racionalidades e não como processo unívoco da racionalização. Não

se está diante, portanto, de definições epistemológicas, mas como o autor considera, de construção de saberes e de seus efeitos sociais.

No Brasil, o surgimento da Educação Especial aconteceu em meados do século XIX, posta em prática em ações isoladas e particulares para atender indivíduos com deficiências motoras, cognitivas e sensoriais. A chamada “educação dos excepcionais” aconteceu no âmbito nacional em três etapas distintas: as iniciativas de caráter privado (1854-1956); as ações oficiais de âmbito nacional (1957-1993); movimentos em favor da inclusão escolar (1993 até os dias atuais) (Mantoan, 2003).

O aperfeiçoamento de novos métodos e técnicas de ensino permitiu a mudança de expectativas sobre as possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento acadêmico desses sujeitos, até então alijados do processo educacional. A ênfase não era mais sobre a deficiência intrínseca do indivíduo, mas sim sobre a falha do meio social em proporcionar condições adequadas às suas necessidades de aprendizagem e desenvolvimento.

O Brasil passou a se destacar na América Latina, por ter desenvolvido uma política educacional que previu a inclusão de todos os alunos(as), inclusive daqueles que tinham diferenças linguísticas e criou meios para que a comunicação entre os alunos(as) ditos normais e os alunos(as) ditos especiais pudessem ocorrer satisfatoriamente nessas salas de aula (Gadotti, 2006).

A educação inclusiva, a partir do reconhecimento e valorização da diversidade como fator de enriquecimento do processo educacional tem provocado mudanças na escola e na formação docente, propondo uma reestruturação da educação que beneficie todos os alunos(as). A organização de uma escola para todos prevê o acesso a escolarização e o atendimento às necessidades educacionais especiais.

4. Estudos sobre a deficiência intelectual

Veltrone & Mendes (2013) definiram a deficiência intelectual como feito pela *American Association on Mental Retardation* (AAMR) que elencou como definição adequada aquela que se difere de retardo mental e é compreendido pela existência de incapacidade que se caracteriza por alguns pontos limitantes da condição humana considerada normal no que tange o funcionamento intelectual, o comportamento adaptativo, as atitudes e habilidades (conceituais, sociais e práticas) característicos dessas pessoas.

O atendimento educacional do alunado com deficiência intelectual deve ser feito pautado nos princípios da inclusão escolar. A mudança de terminologia deficiente mental para deficiente intelectual parece ser uma estratégia que visa garantir que todos os alunos sejam bem atendidos na escola. Para tanto, é importante investigar como os

professores que lidam diretamente com este alunado percebem esta mudança de nomenclatura, bem como verificar se ela tem consequências na prática educativa destes profissionais em sala de aula (Veltrone & Mendes, 2013, p. 364).

Braun (2012, p. 112) ao defender uma tese de doutorado sobre a intervenção colaborativa sobre os processos de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência intelectual, entende que a deficiência intelectual é descrita como uma “incapacidade caracterizada por importantes limitações, tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo, expresso nas habilidades adaptativas”, conceituais, sociais e práticas. Essa deficiência tem início antes dos 18 anos.

As crianças com deficiência intelectual possuem dificuldades em adaptar-se em ambientes novos, pessoas desconhecidas, situações de interações diretas o que pode causar perturbação e incômodo, por isso as ações iniciais precisam ser bem planejadas e sempre que possível antecipadas, de maneira a causar mínimas perturbações.

Por isso, Surian (2010, p.99) ressalta que as intervenções devem ser desenvolvidas para ajudar no comportamento, ele afirma que as intervenções educativas, nas melhores condições, devem ser programadas e realizadas por psicólogos e neuropsiquiatras com participação ativa dos genitores, educadores e outros profissionais disponíveis nos serviços de saúde, como por exemplo, os logopedistas que são especialistas em pediatra, ramo da foniatria que se dedica ao estudo e correção dos defeitos da fala.

As intervenções psicoeducativas e comportamentais devem ser programadas de acordo com o perfil do deficiente intelectual, para que sejam observadas e avaliadas as características do comportamento. De acordo com os estudos de Surian (2010 p.100) devem ser observadas quatro situações para uma intervenção eficaz, que são:

Um exame das condições médicas gerais (o qual é direcionado para apurar a presença de eventuais dores e doenças físicas), um exame das funções mentais (direcionado por testes padronizados para estabelecer a presença e a magnitude do retardo mental e do déficit nas capacidades perceptivas, motoras e cognitivas), exame das capacidades de linguagem na esfera de expressão e de compreensão; uma variação das habilidades sociais, e de comunicação e lúdicas.

As capacidades sociais do deficiente intelectual é um desafio, uma vez que ao ser modificada a situação de ambientes novos gera estresse na criança. O exercício de intervenção nesta situação não se limita às regras, pois para seguir antes de qualquer intenção é necessário identificar quais situações são agradáveis ou não para o deficiente intelectual.

Em alguns casos o deficiente intelectual apresenta comportamento agressivo e autolesivo do deficiente intelectual é uma maneira que o mesmo encontra para chamar atenção, esta violência se torna também uma fuga de alguma situação desagradável. Surian (2010, p 115), ressalta que “os programas de aprendizagem concentradas em punições e “reforços negativos”

foram substituídas pelos programas que utilizam a análise funcional de habilidades que permitem a criança atingir os mesmos objetivos alcançados”.

Estes programas de aprendizagens concentradas podem favorecer a criança com deficiência intelectual pois estabelece metas que são facilmente alcançáveis dependendo do nível de comprometimento que a deficiência intelectual impõem ao indivíduo.

5 Metodologias de ensino de alunos com deficiência intelectual

Metodologia é uma palavra que tem sido empregada com costume para designar o processo científico que tem por finalidade estudar os métodos que são adaptados para que ela possa fomentar a construção de conhecimentos e de valor de uma determinada ciência ou campo científico de análises. Nesse sentido, pode-se compreender que a metodologia tem por finalidade enveredar nos estudos sobre os métodos, e sobre os caminhos que estes utilizam para permitir alcançar a um determinado fim projeto por quem utiliza os procedimentos que caracterizam, de modo operacional, a metodologia e sua aplicabilidade em uma determinada realidade, contexto, população ou situação (Oliveira, 2011).

Metodologia é o termo que se refere a organização de estudos sistemáticos e lógicos sobre os métodos que possam ser utilizados na organização de alguma ciência, na obtenção de algum conhecimento ou de alguma informação fundamental para validar um sistema teórico ou relacionar teorias científicas in loco e em situações específicas. Os procedimentos podem variar entre as áreas de ciências humanas e ciências exatas por exemplo, mostrando que não possui apenas restrição a um método específico, mas há vários métodos e vários elementos que podem ser adotados na construção do método científico.

Anache & Resende (2016) com suas pesquisas que buscaram caracterizar a avaliação da aprendizagem nas salas de recursos multifuncionais para alunos com deficiência intelectual, contribuem para esta dissertação, ao se constatar o uso das chamadas salas de recursos multifuncionais (SRM) que possuem um mobiliário diferenciado e adaptado as necessidades educacionais especiais, e auxiliam o trabalho dos profissionais que atuam no Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Em outro estudo, Lopes & Marquesine (2012) ao abordarem sobre a sala de recursos no processo de inclusão do aluno com deficiência intelectual, explicaram que a função das SRM é oferecer o apoio educacional de modo complementar, e assim, o aluno com NEE podendo se sentir seguro e amparado por professores especialistas em educação especial, que o fará permanecer na classe de ensino regular, com inclusão e com sucesso escolar.

Nos estudos de Marques & Duarte (2013) o planejamento do ensino nas escolas de ensino regular com alunos com deficiência intelectual requer dos professores o compromisso

com a adaptação curricular nas estratégias de ensino, o que acontece através dos autores identificaram como “ensino colaborativo” em que professores da educação especial e do ensino regular atuam conjuntamente por meio de parcerias, e passam a planejar juntos todas as ações em sala de aula.

Dessa forma, através do ensino colaborativo, pode-se mensurar uma nova perspectiva na aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais, dos alunos com deficiência intelectual e dos alunos ditos normais que passam a entender as necessidades dos amigos e participam, indiretamente, nas estratégias de ensino colaborativo (Marques & Duarte, 2013).

Nesse sentido, Negrim (2019) corrobora, explicando que o trabalho colaborativo não pode ser visto como uma ferramenta, mas como uma metodologia que precisa ser incentivada por gestores, e por todos os membros da comunidade escolar, pois é uma prática transformadora do contexto escolar, por ser uma prática “dialógica” em que tanto os professores do ensino regular, como os professores do AEE passam a aprender, dia a dia, a como lidar com as especificidades de cada aluno que compõem a sua realidade escolar, a sua sala de aula e seu grupo de alunos.

O uso do método de ensino baseado nas ações e perspectivas da pedagogia de projetos também tem sido utilizado com frequência para promover a construção de conhecimentos nos alunos com deficiência intelectual. De acordo com Santos & Leal (2018), suas estratégias são consideradas métodos de ensino porque podem trabalhar de diferentes formas na formação integral dos estudantes, haja vista que entre seus procedimentos, elenca-se uma série de oportunidades de aprendizagem que vão promover o conhecimento conceitual, atitudinal e também os meios de realizarem a pesquisa para a conquista do resultado final planejado pelo próprio aluno, de maneira individual ou em grupo.

Na atualidade, o lúdico possui um papel muito importante, é o momento que o aluno tem para desenvolver seus conceitos e aceitar o mundo e agregar-se a ele, pois, o lúdico há muito tempo atrás ficou ligado à educação de uma maneira descontextualizada, como simples facilitador de conhecimento. Com isso ajudou não só os filhos, mas também as mães operárias em sua educação.

Assim, o lúdico passa a ser visto como todo e qualquer movimento executado com a finalidade de proporcionar prazer no momento de sua execução dando diversão ao praticante, também atividade lúdica pode ser vista como brincar.

Dessa maneira, a ação lúdica fornece aos alunos experiências concretas, imprescindíveis às absorções e operações cognitivas. E acredita-se que as atividades lúdicas e os jogos, admitem liberdade de ação, naturalidade, portanto, distrações onde raramente são encontrados em outras atividades escolares. Por isso, deve ser explorada por educadores e possam utilizá-la

pedagogicamente, como uma opção a mais em prol do desenvolvimento global da Criança. É de fundamental importância observar, que a educação lúdica permanece distante, da visão ingênua de passatempo ou até mesmo de uma simples diversão.

6 Considerações finais

Muitos são os subsídios e importantes, que favorecem o aprendizado. Dentre eles se destaca a importância do lúdico como facilitador do processo de assimilação da aprendizagem, dando ênfase em promover situações de ensino-aprendizagem e aumentar a construção do conhecimento, introduzindo atividades lúdicas e prazerosas. As reflexões acerca da utilização das atividades lúdicas como ferramenta de ensino, são importantes para o processo de assimilação dos conteúdos, haja vista que, pesquisar sobre esta questão para que a aprendizagem ocorra, facilitando o entendimento e estimulando o prazer em estudar.

Neste contexto, percebeu-se que há várias situações em que o professor deve avaliar antes de utilizar a ludicidade como ferramenta preciosa no processo de fixação dos conteúdos, dentre elas é importante ressaltar o planejamento eficaz para sua execução, dando ênfase aos objetivos a serem alcançados.

Considerando-se sua importância na aprendizagem, o lúdico beneficiará de modo eficaz o pleno desenvolvimento, integrando as potencialidades criativas dos alunos, cabendo ao educador, interferir de forma adequada, sem tolher-lhes a criatividade. Respeitando o desenvolvimento do processo lúdico, o educador poderá criar novas habilidades no repertório da aprendizagem dos alunos.

Levando em consideração todos os aspectos acima mencionados, constataram-se as atividades pedagógicas, como facilitadoras no processo de assimilação do processo de aprendizagem, possibilitando ao professor diversificar suas aulas a fim de proporcionar momentos de aprendizagens significativas, tornando as aulas mais dinâmicas, prazerosas e significativas para os alunos.

Quando falamos em lúdico falamos de jogos e brincadeiras, então a investigação sobre o jogo na ótica de Piaget se constatou que cientificamente ele é necessário nas práticas pedagógicas, visto que esta metodologia contribui com o processo ensino aprendizagem, desenvolvendo os alunos em todos os seus aspectos, garantindo desenvolvimento intelectual e ele deve ser trabalhado na criança em todos os seus estágios.

O lúdico enquanto auxílio pedagógico na aprendizagem, deve ser enfrentado de modo sério, competente e responsável. Usado de maneira adequada, oportunizará ao educador e ao educando, momentos de aprendizagens em múltiplos aspectos, onde se tornará muito importante na vida dos alunos.

Referências

- AGUIAR, João Serapião de. Educação Inclusiva: Jogos para ensino de conceitos. Campinas: Papirus, 2004. p. 9.
- ANACHE, Alexandra Ayach & RESENDE, Dannielly Araújo Rosa do. Caracterização da avaliação da aprendizagem nas salas de recursos multifuncionais para alunos com deficiência intelectual. *Revista Brasileira de Educação*, v. 21, n. 66 pp. 569-591 2016.
- BRASIL, Ministério da Educação. Belisário Filho, J. F.; CUNHA, P.A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: transtornos globais do desenvolvimento. Brasília: Secretaria de Educação Especial; Universidade Federal do Ceará, 2010.v. 9. (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar).
- BRAUN, Patricia. Uma intervenção colaborativa sobre os processos de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência intelectual. 2012. 325 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- CARNEIRO, Moaci Alves. O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns: possibilidades e limitações. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 101.
- FERNANDES, Solange Jarcem & MONTEIRO, Aureotilde. Análise do perfil, papel e processo formativo de coordenadores pedagógicos no contexto do programa escola de gestores. *Revista Expressão Católica*, v. 8, n. 2, p. 41-56, 2019.
- FOUCAULT, Michel. História da loucura. 2. ed., São Paulo: Perspectiva, 1989, p. 13-14.
- FRANCO, Marco Antônio Melo, RIBEIRO, Cristiane Dias & ALMEIDA, Fabiana Nascimento de. Atendimento educacional especializado: o que pensam professores sobre sua atuação e formação. *Revista Teias*, v. 20, n. 57, 2019.
- KISHIMOTO, T. M. Brinquedo e Brincadeira – Usos e significações dentro de contextos culturais. In: SANTOS, S. M. P., org. *Brinquedoteca: O lúdico em diferentes contextos*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. Educação, ludicidade e a prevenção das neuroses futuras: uma proposta pedagógica a partir da Biossíntese. Salvador: Gepel, 2000.
- MAZZOTTA, M. J. S. Educação Especial no Brasil: histórias e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 33.
- MIRANDA, Amanda Drzewinski de & PINHEIRO, Nilcéia Aparecida Maciel. O ensino da Matemática ao deficiente intelectual: projetos de trabalho em uma perspectiva contextualizada e interdisciplinar. *Revista Educação Especial*, v. 29, n. 56, p. 695-708, 2016.
- MUNIZ, Sheila Maria. Avaliação da aprendizagem de alunos com deficiência intelectual: a experiência de professores do ensino fundamental em Jijoca de Jericoacoara-CE. 2018. 175f. - Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação, Fortaleza (CE), 2018.

MUTO, Jéssica Harume Dias & POSTALLI, Lidia Maria Marson. Avaliação da compreensão de leitura de pequenos textos em livros por alunos com deficiência intelectual. Revista Educação Especial, vol. 33, pp. 1-27, 2020.

NEGRIM, Márcia Regina Corrêa. Gestão escolar, docência e tecnologia digital: trabalho colaborativo para o ensino de alunos com deficiência intelectual. 2019. 132 f. Dissertação (Mestrado em Docência para a Educação Básica) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, 2019.

NUNES, Vera Lucia Mendonça & MANZINI, Eduardo José. Concepção do professor do ensino comum em relação à aprendizagem, currículo, ensino e avaliação do aluno com deficiência intelectual. Revista Educação Especial, v. 33, n. 1, p. 1-20, 2020.

PINTO, Jacyguara Costa et al. Promovendo a inclusão na Educação Infantil: abordagem da alfabetização para crianças surdas. Revena-Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem, v. 7, p. 201-210, 2023.

PINTO, Jacyguara Costa et al. A Importância da Atividade Lúdica na Educação Inclusiva. Revena-Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem, v. 7, p. 330-342, 2023.

RESENDE, Daniele Conde Peres. A importância da ludicidade na educação especial inclusiva. Revista Pedagogia em Ação, v. 10, n. 2, 2018.

ROSSETTO, Elisabeth. Formação do professor do atendimento educacional especializado: a Educação Especial em questão. Revista Educação Especial, v. 28, n. 51, p. 101-114, 2015.

SANTOS, Alex Reis dos; TELES, Margarida Maria. Declaração de Salamanca e educação inclusiva. 3.º Simpósio Educação e Comunicação, 17 a 19 de setembro de 2012, p. 77-87.

ZERBATO, Ana Paula, VILARONGA, Carla Ariela Rios & SANTOS, Jéssica Rodrigues. Atendimento Educacional Especializado nos Institutos Federais: Reflexões sobre a Atuação do Professor de Educação Especial. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 27, n. 13, 2021.